

política

Mendonça pede sessão do STF sobre falas de Moraes e Vorcaro

Ex-banqueiro perguntou a ministro se deveria deixar o País

/ CASO MASTER

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu o agendamento de uma sessão presencial do plenário para debater as mensagens que apontam para uma interlocução entre o ministro Alexandre de Moraes e o ex-banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master.

Mendonça disse que o plenário da corte é “o caminho inevitável” e a “instância soberana para analisar, de modo técnico e estritamente jurídico” as evidências trazidas pela Polícia Federal (PF).

A definição de uma data cabe ao presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Edson Fachin.

Vorcaro perguntou a Moraes se deveria deixar o País dois dias antes de ser preso pela Polícia Federal, segundo mensagens reveladas pelo jornal O Estado de S. Paulo e obtidas também pela Folha.

Os documentos da Polícia Federal mostram que Vorcaro também pediu encontros com Moraes às vésperas de ser preso, justa-



Ministro do STF, André Mendonça encaminhou solicitação a Fachin

mente para tratar dos negócios que o fizeram ser investigado.

Vorcaro foi preso pela Polícia Federal no dia 17 de novembro de 2025, quando se preparava para embarcar em um jato particular com destino a Malta.

Documentos mostram que no dia 14 ele pergunta ao ministro se está “marcado amanhã lá em casa” ou se “prefere deixar para semana que vem”. Minutos depois, confirma: Vou chegar 14h30min ok! La em casa marcado”.

Na noite do dia 15, pelo horá-

rio brasileiro, dois dias antes da prisão, o ex-banqueiro pede um novo encontro com Moraes que “pode ser bem rápido”. “As 14 então. Passo na sua casa ou na minha?”, completa.

Em 15 de novembro de 2025, um sábado, Vorcaro teria enviado a Moraes a mensagem: “Acha que segunda já tenho que estar fora?”, questionando sobre a necessidade de sair do País.

No dia seguinte, 16, um domingo, avisa: “Já estou em voo, vou pousar 14h20min e irei direto praí, tudo bem?”

Moraes editou contrato de R\$ 131 milhões de ex-banqueiro

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), fez edições em contrato de R\$ 131 milhões entre o escritório de sua esposa, Viviane Barci de Moraes, e o Banco Master, de Daniel Vorcaro, antes de o documento ser assinado.

As informações constam em análise da Polícia Federal (PF) sobre metadados de documento do contrato que estava no celular do ex-banqueiro. A investigação foi divulgada pelo jornal O Estado de S. Paulo e confirmada pela reportagem.

Em nota, o escritório Barci de Moraes diz que, “em virtude da abrangência do pedido de contratação de prestação de serviços advocatícios pelo Banco Master ao (escritório) Barci de Moraes, o setor de compliance do escritório, como faz em outros casos semelhantes, solicitou informações ao ministro Alexandre de Moraes, na condição de marido da sócia

diretora do referido escritório”.

Essas informações, diz a nota, tratavam de “eventual existência de impedimentos legais para a contratação nos termos propostos na minuta contratual, tais como ações no STF sobre sua relatoria ou mesmo participação em julgamentos de interesse do possível cliente”.

“Diante da inexistência de previsão de atuação no STF ou de qualquer impedimento legal, uma vez que o ministro Alexandre de Moraes jamais julgou qualquer causa envolvendo o Banco Master, o contrato foi assinado e os serviços advocatícios devidamente prestados”, diz o escritório.

O escritório de Viviane já tinha admitido ter mantido um contrato com o Master entre fevereiro de 2024 e novembro de 2025, mês em que houve a liquidação do banco - o que equivale a 11 meses de serviços prestados

em cada um dos anos.

No começo desta semana, o ministro André Mendonça, relator do inquérito do Master no Supremo, pediu que a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifeste sobre um documento da Polícia Federal no qual há mensagens em que Vorcaro pede a um interlocutor a atuação de “Andrei e Paulo” a seu favor.

A pessoa para quem tinha sido enviada essa mensagem não havia sido identificada inicialmente, mas a PF aponta suspeita que o interlocutor seja Moraes.

As referências seriam a Andrei Rodrigues, diretor-geral da Polícia Federal, e Paulo Gonet, o procurador-geral da República.

A reportagem procurou, por mensagem às assessorias às 9h40min desta terça-feira, Andrei, Gonet e Moraes, mas eles ainda não haviam se manifestado até o fechamento desta edição.

Adiada novamente, votação da taxa das blusinhas fica para hoje

/ CONGRESSO NACIONAL

A comissão mista do Congresso Nacional sobre a “MP das Blusinhas” adiou novamente a votação da proposta. A sessão estava marcada para esta terça-feira e foi remarçada para hoje às 10 horas. A Medida Provisória autoriza o Ministério da Fazenda a zerar a “taxa das blusinhas”, imposto sobre compras de até US\$ 50 em plataformas estrangeiras.

Se não for aprovada até 8 de setembro pela comissão mista e pelos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a MP perderá a validade. A medida foi assinada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e o governo teme que o imposto volte a vigorar, em plena campanha eleitoral do petista.

A imprensa, a senadora Leila Barros (PDT-DF), relatora da “MP das Blusinhas”, afirmou que iria divulgar o relatório ainda ontem, após uma reunião com os presidentes do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) e Hugo Motta (Republicanos-

PB). Leila disse que a reunião seria uma continuidade do encontro que estava marcado para as 14h e que não terminou. Até o fechamento desta edição, o texto ainda não havia sido apresentado.

Além disso, segundo a senadora, há alguns “impasses” sobre o texto. Em relação à discussão sobre garantir exclusividade dos Correios sobre as entregas de produtos isentos de tributação, Leila respondeu: “Não tem consenso, não vou negar”.

Alguns setores empresariais também têm pedido compensações por se dizerem prejudicados com uma concorrência injusta diante de plataformas internacionais.

Leila havia afirmado que poderia inserir no texto um mecanismo de reavaliação semestral do fim da “taxa das blusinhas”, a ser realizada pelo Ministério da Fazenda, para verificar a necessidade de apresentar um projeto de mitigação dos impactos econômicos sobre as empresas. Há, no entanto, uma reivindicação do Congresso para que os parlamentares também aprove a reavaliação periódica.

Vorcaro teria feito mais um repasse para ‘Dark Horse’ além do revelado

/ INVESTIGAÇÃO

O banqueiro Daniel Vorcaro fez mais um pagamento para financiar o filme “Dark Horse” além do que o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) havia admitido. Em maio, quando o portal Intercept Brasil revelou o financiamento da produção pelo dono do Banco Master, o candidato à Presidência pelo PL alegou durante uma entrevista à GloboNews que a última parcela paga pelo banqueiro havia sido em maio de 2025.

A revista piauí obteve um relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) mostrando que, em setembro daquele ano, houve mais um pagamento de US\$ 1,6 milhão pelo dono do Master ao fundo Havengate, que era responsável por administrar o dinheiro antes de repassá-lo à produção de “Dark Horse”.

Segundo a piauí, esse pa-

gamento ocorreu oito dias após Flávio Bolsonaro cobrar Daniel Vorcaro por mais repasses para o filme. “Agora que é a reta final que a gente não pode vacilar, não pode não honrar com os compromissos aqui, porque senão a gente perde tudo”, disse Flávio Bolsonaro em uma mensagem de áudio enviada ao banqueiro.

O senador, o banqueiro e a produtora do filme foram procurados, mas não responderam.

Além do relatório do Coaf que atesta que houve mais um pagamento além do que se sabia, a reportagem da piauí teve acesso a mensagens que indicam a possibilidade de mais uma parcela ter sido paga em outubro de 2025. Nos diálogos, o publicitário Thiago Miranda, que ajudou a captar dinheiro para a produção, pergunta a Vorcaro: “Consegue liberar as parcelas do filme?”. O banqueiro responde: “Sim. Liberei mais uma hoje”.